

Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres

SOLANGE PEREIRA DA ROCHA*

Os estudos sobre famílias nas últimas décadas avançaram significativamente, em decorrência, sobretudo, das mudanças teóricas e metodológicas iniciadas nos anos finais de 1929, com a Escola dos *Annales* que repercutiram no Brasil, no caso da história social da família a partir da década de 1980, que teve na demografia histórica seu principal método de pesquisa. Não tardou a expansão desse campo de pesquisa, que propiciou as investigações sobre as famílias escravas, cujos estudos passaram a considerar o escravo como agente histórico. Atualmente, dispomos de uma vasta produção sobre a família escrava¹, contudo, novos interesses foram despertados como as famílias de libertos, de negros e de brancos livres e pobres.

Nesse sentido, apresento resultados preliminares de um projeto de pesquisa (PIBIC/PIVIC/UFPB)² que tem como objetivo analisar as famílias negras (consangüíneas e espirituais) formadas por livres, libertos e escravos na Cidade da Parahyba, então a capital da província da Paraíba do Norte, entre os anos de 1833 até 1850. A base documental tem sido as fontes eclesiásticas, especialmente os assentos de batismo, que cruzadas com outros documentos (inventários, ações de liberdade, cartas de alforria, lista nominativas, etc.) e uso de procedimentos metodológicos, como a demografia histórica e a micro-história, permitem a recuperação da experiência das pessoas comuns.

A respeito da capital da província da Paraíba do Norte, a Cidade da Parahyba, é importante salientar que, embora concentrasse os órgãos administrativos, prédios comerciais e templos religiosos, tinha características de uma zona rural. Seus entornos eram formados por engenhos (em número de 10) de pequenas propriedades rurais, como

* Professora doutora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História/UFPB. O projeto de pesquisa PIBIC/UFPB intitulado *Gente Negra da Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares* é financiado pelo CNPq.

¹ Para uma análise da historiografia da família escrava, consultar MOTTA (1988, 2002), TUPY (1998) e REIS (2010).

² Agradeço Solange Mouzinho Alves e Matheus Silveira Guimarães, o(a)s aluno(a)s de graduação do Curso de História da UFPB e integrantes dos projeto PIBIC/PIVIC/UFPB.

as denominadas chácaras (ou sítios) e de vastas áreas com matas. Segundo relato de Henry Koster, em passagem pela mencionada capital, em 1810, ela tinha uma “visão peculiar” [...], com “vastos e verdes bosques, bordados por uma fila de colinas, irrigados pelos vários canais que dividem o rio” [...] e formados “pelas árvores soberbas” (KOSTER, 1942). Mesmo no final do Oitocentos, memorialistas não deixaram de apontar que, depois dos limites geográficos do bairro mais populoso da capital, o Tambiá, viam-se “matas, verdadeiras florestas”, que se transformavam, na opinião de um deles, em “coito de pretos fugidos e malfeitores” (MEDEIROS, 1994: 26). Esse bairro localizava-se na então chamada Cidade Alta, onde ficavam as residências, as igrejas e os órgãos administrativos. Em contrapartida, denominava-se de Cidade Baixa (ou Varadouro), as áreas onde se concentravam o porto e as lojas comerciais, em cujas cercanias temos o Rio Sanhauá, importante afluente do principal rio da província: o Paraíba, que deságua no Oceano Atlântico. Sua população total, em 1857, era de pouco mais de 9 mil pessoas, sendo uma maioria de livres 7.646 indivíduos livres e 1.387 escravos. Nos anos de 1872, com a divulgação do primeiro Censo Nacional, observamos uma diminuição da população cativa, eram 1.032 contra 10.855 de pessoas livres, totalizando, portanto, 11.887 moradores na capital.

Vale salientar que, embora não tenhamos dados sobre a população da capital na primeira metade do século XIX, a população livre cresceu expressivamente ao longo da mencionada centúria. Em 1811, os domiciliados na província eram de 122.407; em 1851, subiu para 212.466; em 1872, ampliou para 376.226 e, em 1890, alcançou o tal de 490.784 habitantes. Sendo que a presença negra – livres, libertos e escravizados – era alta, aproximando-se do percentual acima de 60% no Oitocentos.³ Entre os moradores da Paraíba, havia uma maioria de pessoas com ascendência africana, denominados nos assentos de batismos como pretos, pardos/mulatos, cabras, negros, semibrancos e africanos de variados grupos de procedência (minas, angolas, congos, moçambiques, benguela, sabarás).

Essas pessoas compunham o grupo de trabalhadores da província, cuja economia voltava-se para o mercado externo, sobretudo, com a produção de açúcar e algodão, e internamente para o desenvolvimento de lavoura de subsistências nas pequenas propriedades ou nas terras menos férteis dos engenhos existentes na província.

³ Para mais informações consultar trabalho de minha autoria, ROCHA (2009).

Para se ter uma visão panorâmica da economia de exportação, em 1835-36, considerando toda a província, produziam-se 116.655 arrobas de açúcar, 99.804 de algodão e, na década seguinte, nos anos de 1848-49, percebemos um significativo aumento na produção dos dois produtos mencionados: o primeiro subiu para 369.087 arrobas, e a segunda, 187.914 arrobas. Na segunda metade do século XIX, a lavoura canavieira passou por sistemáticas oscilações – em 1863, houve alta da produção para 574.274 arrobas; em 1868, queda para 300.937 (GALLIZA, 1979: p. 23-24 e 43-44).

Por sua vez, a produção de algodão expandiu-se a partir da década de 1860 – subiu de 446.937 arrobas, em 1865, para 533.609, em 1869.

Na década de 1850, a Cidade da Parahyba tinha 10 engenhos de açúcar (Água Fria, Guia, Graça, Gramame, Jaguaricumbe, dois denominados Mandacaru, Marés, Paul e Velho), áreas da produção de açúcar e produtos da cana (aguardente e rapadura) e também da lavoura de subsistência. Eram nesses locais que, além do trabalho, se teciam as relações familiares (afinidades e consangüíneas) e as alianças espirituais como o compadrio. Este vínculo era uma importante estratégia de sobrevivência para pessoas livres e escravizadas na hierárquica sociedade oitocentista.

A respeito do grupo social composto por pardos, é interessante destacar que, no século XIX, o termo “pardo” ou “mulato” era usado para designar uma pessoa mestiça, resultante dos relacionamentos de pais/mães de dupla origem, no caso de africanos (ou seus descendentes) com europeus (ou seus descendentes). Os “pardos” costumavam se autotitular dessa forma, com a intenção de se distinguirem dos crioulos (descendentes de africanos nascidos no Brasil) e de outros grupos mestiços, como os “cabras” (descendentes de ‘raças mistas’ variadas) e os “cafuzos” (descendentes de pessoas negras e indígenas). Segundo Karasch (2000: 39), no Rio de Janeiro Imperial, esses mestiços se orgulhavam de ser tratados como “pardos”, abominavam o termo “mulato”, desprezavam os negros e sentiam-se mais próximos dos brancos. Esses indivíduos se tornaram uma camada crescente de indivíduos livres ou libertos, desde o final do século XVIII, em boa parte dos territórios brasileiros, em razão da reprodução natural e do aumento de alforrias, que costumavam beneficiar os ditos “mulatos” (KLEIN, 1978; SCHWARTZ, 2001).

Entretanto, apesar de pessoas livres e libertas passarem a firmar-se como uma maioria física, elas não eram bem vistas em tal sociedade, porquanto eram consideradas

desclassificadas socialmente, e membros da elite costumavam vê-las como “encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 1994: 43). Certamente, essa era uma visão da elite imperial, pois mulheres e homens livres e libertos estavam inseridos no sistema escravista, como “trabalhadores assalariados” nos engenhos, onde desempenhavam diversas tarefas na produção do açúcar, como por exemplo, Felipe Bezerra da Silva, de 56 anos, pardo, casado, que morava na capital da Paraíba, era oficial de carpina e agricultor, mas também trabalhador sazonal no Engenho Tibiri (Santa Rita).⁴

Essas pessoas, sem dúvida, tiveram que criar algumas estratégias para formar suas redes de sociabilidades, incluindo, por exemplo, o compadrio e a participação em irmandades religiosas. Para desvelar as relações de parentesco espiritual, as fontes eclesiásticas são fundamentais, pois permitem o conhecimento sobre as interações sociais e culturais de uma comunidade e, fazendo uso da demografia histórica, como metodologia, obtêm-se informações sobre os diversos tipos de relações familiares de um determinado tempo histórico e de uma localidade (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988; MARCÍLIO, 2008 e BASSANEZI, 2009).

Portanto, utilizando tais fontes e o procedimento metodológico mencionado, investiguei as redes sociais dos “pardos”, realizando análise de dados em dois livros de batismo (1846-1850 e 1850-57) da freguesia de Nossa Senhora das Neves, nos quais foram identificadas 1.595 pessoas batizadas, entre os anos de 1846 e 1850. A partir dessas informações, foi elaborado um banco de dados, em que constam informações a respeito de pessoas com diferentes estatutos legais e cores/origens (ver Tabela 1).

Com base na Tabela 1, podemos perceber que havia uma maioria de indivíduos negros, que iam desde os mais escuros – os denominados de “pretos africanos” – aos mais claros – os “semibrancos”. Essa gente com ascendência africana (pardos, mulatos, crioulos, cabras, pretos, africanos e semibranco) atingia o total de 61,1%, seguido dos brancos (33,4%) e dos indígenas e seus descendentes (caboclos e mamelucos) 1,6%. No que se refere à condição social, temos o seguinte quadro: 10 expostos (quatro do sexo feminino e seis do masculino); 18 livres (oito mulheres e dez homens); 80 escravos (39 do sexo feminino e 40 do masculino); 106 forros/libertos (54 do sexo feminino e 52 do

⁴ As informações sobre o trabalhador Felipe Bezerra da Silva datam de 1841 e estão em artigo editado pela **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, de 1912.

masculino); e uma ampla maioria (1.381), cuja condição jurídica não consta (717 do sexo feminino e 661 do masculino; e ainda há três pessoas sobre as quais não se conseguiu identificar o sexo, pelo fato do assento estar ilegível). Provavelmente, estas últimas não eram pessoas cativas, visto que, na época em estudo, o registro de batismo era um documento importante e podia ser utilizado para se comprovar a posse escrava ou, ao contrário, a condição de livre, em se tratando de indivíduos escravizados de forma ilegal.

Tabela 1: Total de pessoas batizadas na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1846-1850)

COR/ORIGEM	NÚMEROS ABSOLUTOS	PERCENTUAL/%
Pardos	780	48,9%
Mulatos	05	0,3%
Branços	534	33,5%
Crioulos	132	8,3%
Índios	23	1,4%
Caboclos	02	0,1%
Mamelucos	02	0,1%
Cabras	12	0,7%
Pretos	12	0,7%
Africanos*	08	0,5%
Semibranco	01	0,06%
Não consta	82	5,1%
Ilegível	02	0,1%
TOTAL	1.595	100%

Fonte: Livro de Batismo, 1846-50, Arquivo Eclesiástico da Paraíba/PB.

*Oito pessoas de origem africana (dois “Congos”, cinco “Angolas” e uma “preta africana”).

Para se obter mais informações sobre uma ampla maioria de 1.381 (86,5%) pessoas batizadas acerca das quais não consta o estatuto social, cruzei informações para tentar identificar a situação dos pais e das mães. O primeiro dado obtido mostrou que o pároco especificou o estatuto social de pouquíssimos progenitores e genitoras, visto que, entre as mulheres, tivemos a informação de apenas 162 mães (119 escravas, 16 libertas, 25 livres e duas ilegíveis) e um menor número de dados acerca da situação dos pais, um total diminuto de 28 (16 livres, oito escravos, dois libertos e dois ilegíveis). De qualquer maneira, fica a observação sobre o fato de o pároco não ter explicitado a condição legal de mais de uma centena de crianças filhas de mães escravas, visto que estas definiam o estatuto dos filhos e, sobretudo, no período em estudo, o registro de batismo tinha significativa importância. Era a partir dele que se comprovava o estatuto jurídico. No caso de uma pessoa ser escravizada de forma ilegal, as autoridades poderiam recorrer ao livro de batismo para sanar dúvidas. Isso ocorreu na província da Paraíba oitocentista. Em 1864, o subdelegado de Alagoa Nova solicitou “certidão de batismo” para comprovar a condição legal de Angélica, uma mulher “parda”, mãe de duas crianças e que, aos 12 anos (“menor” e “órfã”), havia sido vendida como escravizada para as “partes de Ingazeira e dali para Ouricuri na província de Pernambuco”. A restituição da liberdade de Angélica ocorreu depois que foi comprovado que ela havia nascido livre e da intervenção do então presidente da província da Paraíba, Sinval Odorico de Moura.⁵

Cabe ressaltar que, a partir dessa análise, identifiquei uma expressiva maioria de pessoas pardas que foram batizadas na Cidade da Parahyba, como destacado (785 crianças pardas ou mulatas – 49,2%). Sobre os pardos, a primeira tarefa foi procurar identificar a filiação dos livres e libertos. A primeira informação se refere à condição legal – eram 646 livres ou sem indicativo de vinculação ao cativo e 17 libertas. Em seguida, procurei evidenciar os tipos de filiação. Para tanto, o fato de as mães serem, geralmente, citadas na ata batismal foi fundamental para conhecer a filiação. Obtive um total de 646 mulheres (26 livres e 620 sem constar o estatuto legal, mas também sem

⁵ Conforme consta nos seguintes documentos: **Correspondência do Chefe de Polícia** – Delegados e Subdelegados (1863-1864), f. 100, documento nº 219, de 18 de fevereiro de 1864; **Subdelegacia de Alagoa Nova, 1865**; Ofício da Vila de Alagoa Nova, em 16 de janeiro de 1865, do Delegado 2º Suplente em exercício, Sr. Clementino Cavalcanti Albuquerque, ao Dr. Gervásio Campelo Pires Ferreira, o Chefe de Polícia da Parahyba, e **Registro dos Offícios dirigidos às Autoridades Policiais (1864-1865)**, f. 220, documento nº 4362, de 27/05/1865, todos arquivados no Arquivo Histórico da Paraíba – AHPB/FUNESC.

nome do senhor, indicando ser livre ou liberta) que se tornaram mães de crianças pardas. Quase todas elas buscaram sacramentar a relação familiar, pois, no primeiro grupo, eram 426 casadas, 196 mães naturais e ainda 24 casos de mulheres que não tiveram especificado o tipo de filiação, porém o nome do pai foi registrado no assento batismal. Contudo, entre as que tiveram algum vínculo com o cativo – as mães libertas – temos apenas três casadas e 14 mães de crianças naturais.

Vale salientar que, como referido anteriormente, em relação às crianças livres com pais de condição cativa, não se identificou nenhum caso, mas houve três homens libertos que se casaram com mulheres também libertas. Um deles, Manoel Antonio da Rocha se casou com Maria Joaquina Martins e se tornou pai de Marcelina (parda), batizado em 03 de janeiro de 1847, todos moradores no Sítio Jacará.⁶

Quase todas as mães e pais pardos, livres e libertos, batizaram seus bebês na Igreja Matriz, a de Nossa Senhora das Neves (foram 88% de batizados nesse local). Os outros locais (12%) eram bastante variados, podia ser numa igreja (Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Carmo, etc.), em casa (batismo emergencial), na capela de um engenho (da Graça) ou no oratório de uma casa. Neste último caso, tivemos o batismo de Manoel, que corria “perigo de vida”. Ele era filho legítimo de José Domingues Peixoto e de Rita Maria da Conceição. A cerimônia foi realizada no Oratório da casa de campo de Francisco Neto do Rego Toscano, também padrinho, junto com sua esposa, Dona Joana Monteiro Franca Rego, em 20 de maio de 1850.⁷

A respeito do compadrio, como vem ocorrendo com pessoas de diferentes segmentos sociais (ROCHA, 2009), há uma forte valorização da presença masculina, pois, em 669 casos de crianças com mães pardas (livres ou libertas), os homens não participaram de apenas 11 (ou 1,6%) cerimônias. Portanto, aparecem em 98,4% dos mesmos, enquanto que as madrinhas não aparecem em 238 (35%) batismos e participaram de 65%.

A maioria dos casos de ausência dos padrinhos, em geral, envolvia bebês que foram batizados emergencialmente, por estarem adoentados e “em perigo de vida” ou

⁶ Consultar o Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1846-50, f. 76, AEPB.

⁷ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1850-57, fl. 02, AEPB.

“em perigo de morte” – com idades que variavam entre sete dias a sete anos – portanto, não havia tempo de organizar a tradicional cerimônia batismal. Uma exceção em que não houve problema de saúde e se escolheu apenas a madrinha foi o caso de Maria, filha natural de Antônia Maria (liberta), de dois meses, batizada em 02 de agosto de 1846, por Quitéria Maria da Conceição.⁸

Além da preferência por estabelecer parentesco com homens (98,4%), constatamos que eles deveriam ser livres, uma vez que, houve poucos casos de padrinhos escravos, somente 48 em todo o universo pesquisado, porém no grupo dos pardos livres/libertos batizados somente havia 17 homens nessa condição social. Um dos padrinhos cativos foi Antônio (escravo de Francisca Antônio Fernandes), padrinho de José, filho de Tereza Maria de Jesus, que tinha um mês quando foi batizado, em 14 de junho de 1847.⁹ O mesmo ocorria com as madrinhas, isto é, as mulheres deveriam ser livres, havia um total de 11 cativas entre todos os batizados, mas, somente 4 participando da cerimônias de crianças pardas. Contudo, embora fosse alto a falta de uma madrinha, sempre havia a presença de um padrinho. Assim, analisando 238 casos de batizados sem as madrinhas, percebe-se que a presença masculina era freqüente. Assim, nessas cerimônias, os homens aparecem em 229 (ou 96,2%). Em alguns casos, o padrinho tinha algum título que indicava que ele ocupava um cargo de prestígio na sociedade paraibana, a exemplo do “Doutor Francisco de Assis Pereira Rocha” que, em 06 de junho de 1848, batizou o bebê Germano (nove dias), filho legítimo dos pardos João André do Espírito Santo e Tereza Maria de Jesus.¹⁰

Enfim, sobre o grupo de pardos, foi possível identificar uma maioria de crianças livres, cujos pais e mães eram os ditos pardos¹¹, que procuravam estabelecer entre si relações familiares dentro do sistema de valores da época, ou seja, ter o matrimônio sacramentado pela Igreja católica. A respeito das alianças espirituais, constatamos também a formação de laços horizontais, tendo em vista que eles preferiam pessoas

⁸ As informações estão no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1846-50, fl. 21, AEPB.

⁹ De acordo com o Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1846-50, fl. 106, AEPB.

¹⁰ Conforme informações contidas no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1846-50, fl. 69, AEPB.

¹¹ No grupo de livres, havia ainda 29 pais com as seguintes cores e origens: crioulo (15), preto (07), índio (03), cabra (02), preto da África (01) e um ilegível. Entre as 41 mães, estavam crioulas (27), cabras (04), pretas (05), preta de Nação (01), branca (01), índia (01), mameluca parda (01) e uma ilegível.

livres para apadrinhar suas crianças. Porém, vale enfatizar que, com esses primeiros apontamentos de pesquisa, ainda não é possível destacar se pardos estabeleceram laços verticais, quer dizer, com os grandes e médios proprietários de terra ou comerciantes, o que poderia favorecê-los nas relações de trabalho, com o acesso a um lote de terra, ou mesmo evitando que fossem recrutados pelo Estado para serem integrados ao Exército. Para se compreender melhor esses sujeitos históricos, além da ampliação do período a ser pesquisado, novas fontes devem ser agregadas nesse estudo.

Apesar desses resultados preliminares, é importante sublinhar que estudos recentes têm nos mostrado que, além do compadrio, essa população parda livre ou liberta da Paraíba tem buscado formar outras redes de sociabilidades, como por exemplo, a participação de irmandades religiosas, espaços em que se reuniam pessoas com interesses comuns, tanto de ordem espiritual (procissões, rezas, funerais etc.), quanto de ajuda mútua (auxílio na doença, rituais antes e pós-morte etc.). Em toda a Paraíba oitocentista, havia seis irmandades exclusivas dos pardos livres: Nossa Senhora do Livramento (1851), Glorioso São José (1851), Nossa Senhora da Conceição (1851), Nossa Senhora do Socorro (1863), Nossa Senhora das Mercês (1867) e Nossa Senhora das Dores (1868). Eles também participavam de mais duas - a Bom Jesus dos Martírios (1863) e a de Nossa Senhora do Rosário (1791), em conjunto com os “pretos” (LIMA, 2009, p. 68). Na Cidade da Parahyba, havia, no mínimo, três irmandades que esses pardos frequentavam: a de São José, a Bom Jesus dos Martírios e a Mãe dos Homens. Esta última funcionava na Igreja com o mesmo nome e, no Século XVIII, era uma irmandade de “pardos cativos” que, no século seguinte, passou a ser de “pardos livres e libertos”¹², talvez em razão do aumento da população parda no grupo dos livres.

A igreja, espaço do sagrado, servia, então, não só para o recebimento de sacramentos, mas também para a socialização de muitos indivíduos que aproveitavam as festas que compunham o calendário religioso para vivenciar a cultura negra. A esse respeito, Ademar Vidal, em escritos da década de 1930, informa que, na capital, as apresentações de Maracatu não aconteciam somente na frente da Igreja de Nossa

¹² Requerimento do juiz e dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens dos Pardos Cativos da cidade da Paraíba, enviado ao rei de Portugal D. José I, solicitando esmolas para o término da construção da capela para nela depositarem a imagem da mesma Senhora AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, de 09 de novembro de 1767. Ver, também, Compromisso aprovado pela Assembléia provincial, em 1874, atinente à Irmandade Nossa Senhora Mães dos Homens, com indicação de que os participantes deveriam ser “pardos livres e libertos”, Caixa 1874, no AHPB/FUNESC.

Senhora do Rosário, a santa de devoção de negros, mas também na Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, em que “se fazia representar todos os anos com uma pompa que os antigos não conseguiam esquecer” (ROSA, 2006, p. 45). Na Cidade da Parahyba, entre as manifestações da cultura negra, da qual os pardos participavam, estavam os “sambas”, os “bataques”, as danças “estrepitosas” e os “entrudos”. Em comum, essas manifestações eram “perseguidas” pelas autoridades, mas se mantiveram ao longo do tempo, adentrado o século XX (LIMA, 2009).

Essas construções de redes sociais, pela via do compadrio ou da participação em irmandades, provavelmente, contribuíram para que mulheres e homens pardos conseguissem sobreviver numa sociedade escravista que, no Oitocentos, passou por inúmeras transformações, entre as quais, o olhar cada vez mais atento das autoridades imperiais para esse grupo social, pois o sistema escravista entrava em declínio, e as elites da Paraíba reclamavam, com frequência, a “falta de braços” para a lavoura. Enfim, eles seriam convocados/obrigados a adentrar na disciplina do trabalho livre para, sob a ótica dos patrões, tornarem-se eficientes e garantirem a manutenção do sistema capitalista (DINIZ, 2004). Todavia, quase nunca estiveram entre os que se beneficiaram com a riqueza produzida no território paraibano, nem mesmo quando se deu a “modernização” na zona rural (transformação dos engenhos centrais em usinas), visto que houve uma forte concentração fundiária que prevalece até a atualidade. Entretanto, dentro das conjunturas sociais e políticas do século XIX conseguiram estabelecer laços familiares e criaram espaços de sociabilidades, assim, buscaram viver da melhor forma possível, na sociedade escravista.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

COMPROMISSO da Irmandade Nossa Senhora Mães dos Homens, de pardos livres e libertos, Caixa 1874, no Arquivo Histórico da Paraíba.

CORRESPONDÊNCIA do Chefe de Polícia – Delegados e Subdelegados (1863-1864), f. 100, documento nº 219, de 18 de fevereiro de 1864, AHPB/FUNESC.

LIVRO de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1846-50, Arquivo Eclesiástico da Paraíba/AEPB.

LIVRO de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1850-57, Arquivo Eclesiástico da Paraíba/AEPB.

REGISTRO dos Offícios dirigidos às Autoridades Policiais (1864-1865), f. 220, documento nº 4362, de 27/05/1865, todos arquivados no Arquivo Histórico da Paraíba – AHPB/FUNESC.

REQUERIMENTO do juiz e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens dos Pardos Cativos da cidade da Paraíba, no Arquivo Histórico Ultramarino: ACL_CU_014, Cx. 24, de 09 de novembro de 1767.

SUBDELEGACIA de Alagoa Nova, 1865; Ofício da Vila de Alagoa Nova, em 16 de janeiro de 1865, do Delegado 2º Suplente em exercício, Sr. Clementino Cavalcanti Albuquerque, ao Dr. Gervásio Campelo Pires Ferreira, o Chefe de Polícia da Parahyba, AHPB/FUNESC.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Filipe (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Volume 2.

BARICKMAN, Bert J. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos”, “cabras” no Recôncavo baiano, 1835. **População e Família**. São Paulo, CEDHAL/USP, n. 2, p. 7-59, 1999.

BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

EISENBERG, P. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

GALLIZA, Diana S. **O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-88**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

_____. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba, 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão & Invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. **Dados**. IUPERJ, Rio de Janeiro, n. 17, p. 03-27, 1978.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942. (1ª edição 1816).

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese (Doutorado). Recife: PPGH/UFPE, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Registro paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana Silva V.; FLECK, Eliane Cristina D. (Orgs.). **A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: OIKOS, 2008, p. 48-56.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane N. de M. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

MEDEIROS, Coriolano de. **Tambá da minha infância**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1994.

MOTTA, José Flávio. Família Escrava: uma incursão pela historiografia. **História: Questões e Debates**. Curitiba, v.9, n. 16, jun., p. 104-159, 1988.

MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni. **Historiografia Brasileira em debate: olhares, recortes e tendências**. São Paulo: Humanitas, p. 235-254, 2002.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo R. **A fronteira móvel: homens livres pobres e a produção do espaço na Mata Sul da Paraíba (1799-1881)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal da Paraíba, 2006.

PRESIDENTE Pedro Chaves (O): tentativa de morte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa, ano IV, v. 4, p. 287-343, 1912.

REIS, Isabel C. F. dos. Breves reflexões acerca da historiografia sobre a família negra na sociedade escravista brasileira oitocentista. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2, jul-out., p. 113-132, 2010.

ROCHA, Solange P. da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

ROSA, Maria Nilza B. **Usos, costumes e encantamento: a cultura popular na obra de Ademar Vidal**. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal da Paraíba, 2006. Volume II.

SÁ, Ariane N. **Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001, p. 21-88.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, p. 39-62, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TUPY, Ismênia. Demografia Histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. **População e Família**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 227-248, 1998.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: religiosidade e 'identidade parda' na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFF, 2004.